

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Na semana passada a Organização Mundial de Saúde decretou o estado de pandemia global devido ao recente surto do vírus COVID19. As medidas de combate a este vírus têm que ser implementadas de forma transversal ao sector público e ao sector privado e devidamente monitorizadas.

Já no início desta semana, a CP – Comboios de Portugal, anunciou um plano para redução da oferta regular, tendo em conta a acentuada quebra verificada, especialmente nos comboios de longo curso (Alfa Pendular e Intercidades). Quanto aos percursos suburbanos, a redução a ter em conta seria menor.

Este plano teria, também, em conta uma eventual redução do efetivo laboral devido a contágio, havendo cenários para redução de 10%, 15% ou 50% do número de trabalhadores. De igual modo foi informado publicamente que a decisão caberia ao Governo sobre qual a oferta mínima que a transportadora pública deve manter.

A medida tem em conta, além da redução da procura, a proteção dos trabalhadores face a possíveis contágios. No entanto, veio hoje a público informação de que dezenas de maquinistas e revisores dos comboios suburbanos de Lisboa estiveram a cumprir os seus turnos nas salas sociais no Cais do Sodré, Rossio e Oriente. No Porto, os tripulantes de comboios suprimidos ficaram em casa.

Segundo relatos de organizações representativas dos trabalhadores, durante o dia de hoje, chegaram a estar sete a dez maquinistas e revisores no Cais do Sodré e 14 no Oriente. No Rossio, onde a CP tem salas separadas para estas duas categorias profissionais, estiveram seis maquinistas e dez revisores, sem fazer nada a cumprir o seu turno de serviço. A meio da tarde um dos revisores que se encontrava na estação do Oriente foi encaminhado para uma sala de isolamento por apresentar sintomas gripais, tendo mais três colegas que tinham estado próximos ficado também isolados.

Estas situação não parecem ser condizentes com o propósito de proteção dos trabalhadores. Além disso, a decisão também levantou problemas junto de utentes das linhas suburbanas, situação que também não acautela as medidas de segurança contra o contágio. Foram amplamente publicadas nas redes sociais vídeos quedavam conta que os comboios entre Sintra e Alverca e entre Sintra e Oriente vinham a abarrotar esta manhã e com as pessoas coladas umas às outras.

Ora, a decisão de redução da oferta está a ter, por um lado, consequência negativas para utentes que estão a viajar, segundo os relatos, em condições não adequadas face às medidas de contingência. Por outro lado, no que toca aos trabalhadores, nomeadamente de Lisboa, não estarão também a ser seguidas essas mesmas medidas.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério das Infraestruturas e Habitação, as seguintes perguntas:

1. Tem o Ministério conhecimento desta situação?
2. Considerando o contrato de serviço público, bem como o facto de esta decisão caber, em última instância, ao Governo, o que vai o ministério decidir sobre a redução de oferta e em que linhas?
3. Tem o Ministério conhecimento das situações descritas de trabalhadores confinados em salas em grupos, procedimento que coloca em causa a sua própria saúde? Que medidas vai tomar para acautelar essa situação?
4. Tem o Ministério conhecimento das situações descritas das condições de viagem nas linhas suburbanas, que não estão a garantir a existência de distância recomendada para os e as utentes poderem viajar em condições de segurança? Que medidas vai tomar para acautelar e resolver esta situação?

Palácio de São Bento, 20 de março de 2020

Deputado(a)s

ISABEL PIRES(BE)

JOSÉ MOURA SOEIRO(BE)